

PROJETO DE LEI \_\_\_\_\_/2025

**DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DE INFORMAÇÕES  
INSTITUCIONAIS NAS UNIDADES DE  
ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE  
VITÓRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal obrigado a providenciar a fixação de cartazes informativos nas instalações de todas as unidades de assistência social do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Município de Vitória, contendo, de forma clara e visível:

- I. Nome da unidade;
- II. Dias e horários de trabalho dos profissionais de atendimento ao público;
- III. Telefone(s) de contato;

**Art. 2º.** Os cartazes referidos no art. 1º deverão observar os seguintes critérios mínimos de padronização:

- I. Ser utilizados em local de fácil visualização pelo público (próximo à entrada ou recepção);
- II. Ser impressos em tamanho legível e com contraste adequado, com texto em no mínimo 18 pontos;
- III. Conter o logotipo oficial da Prefeitura de Vitória e o selo do Município de Vitória – SUAS;
- IV. Ser atualizados sempre que houver alteração de horários, profissionais ou contatos.

**Art. 3º.** A fixação e manutenção dos cartazes deverão ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da publicação desta Lei.

**Art. 4º.** As eventuais despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente.

**Art. 5º.** O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, no que couber, para definição de modelos, tamanhos, cores e demais padrões dos materiais informativos.

**Art. 6º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Atílio Vivácqua, 30 de dezembro de 2025.

**DÁRCIO BRACARENSE**  
Vereador – PL

## JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo aperfeiçoar a transparência institucional e a qualidade do atendimento público nas unidades de assistência social do Município de Vitória, garantindo ao cidadão informação acessível, clara e objetiva sobre a organização do serviço público que está à sua disposição.

A legislação do SUAS e atos normativos municipais já definem os serviços e direitos sociais, mas não há, atualmente, dispositivo específico que garanta a afixação de informações essenciais nos próprios equipamentos públicos, como é prática recomendada em serviços públicos que atendem diretamente à população.

A disponibilização de informações como dias e horários de trabalho dos profissionais e contatos de unidade atende:

- ✓ aos princípios constitucionais da publicidade e transparência (art. 37 da CF/88);
- ✓ à exigência de eficiência na prestação do serviço público;
- ✓ ao direito do usuário à informação (art. 6º, CDC – quando aplicável no âmbito dos serviços públicos);
- ✓ à necessidade de reduzir incertezas e melhorar o acesso ao serviço.

Além disso, trata-se de norma de impacto administrativo mínimo, que não cria despesas vultosas nem cria cargos, limitando-se a uma obrigação de transparência passível de ser cumprida com instrumentos já existentes.

Por essas razões, o presente Projeto de Lei é constitucional, legal e necessário para aprimorar o acesso à informação do usuário dos serviços de assistência social de Vitória e fortalecer a relação entre o Poder Público e a sociedade.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta proposição.

Palácio Atílio Vivácqua, 30 de dezembro de 2025.

**DÁRCIO BRACARENSE**  
Vereador – PL

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço /autenticidade utilizando o identificador 3300330033003900320032003A005000

Assinado eletronicamente por **Dárcio Bracarense Filgueiras** em 30/12/2025 16:29

Checksum: **B75A3353EE3C269AA1A7ADF856A9CB7EEB1FE5FA8718D3429714C87F1BA868DF**